

Sítio arqueológico Guarani destruído no projeto Amarílis, Pelotas – RS.

Lic. Ana Cristina Baptista Carle¹

Ms. Mirian Baptista Carle²

Dr. Cláudio Baptista Carle³

Lic. Mateus Roberto Carle⁴

Resumo

Estudo realizado no sentido de demonstrar o processo de destruição de um sítio arqueológico Guarani, no estuário da Laguna dos Patos, no município de Pelotas, devido à criação de um condomínio sobre antigas dunas de areias ligadas a movimentação pleistocênica do oceano. A criação do bairro Amarílis afeta de forma direta um sítio amplo de ocupação Guarani, similar ao que foi estudado, numa das últimas escavações que o Prof. José Proenza Brochado realizou na região litorânea de Rio Grande, e que apresentaram uma dissertação de uma das autoras do texto, tratando deste tipo de sítio e seu valor arqueológico para conhecer essas manifestações na região. O estudo apresenta as degradações geradas e as possíveis apresentações arqueológicas que formam esses tipos de sítios e seus padrões de ocupação, mostrando o descaso das autoridades e dos empreendedores ao realizar tal implementação sem o estudo arqueológico necessário.

Palavras chave: destruição, patrimônio arqueológico, Laguna dos Patos

Guarani archaeological site destroyed in the Amarílis project, Pelotas – RS.

Abstract

Study carried out in order to demonstrate the process of destruction of a Guarani archaeological site, in the estuary of Laguna dos Patos, in the municipality of Pelotas, due to the creation of a condominium on ancient harness dunes linked to the pleistocene movement of the ocean. The creation of the Amarílis district directly affects a large site of Guarani occupation, similar to what has been studied, one of the last excavations that Prof. José Proenza Brochado carried out in the coastal region of Rio Grande, and who presented a dissertation by one of the authors of the text, dealing with this type of site and its archaeological value to know these manifestations in the region. The study presents the degradations generated and the possible archaeological presentations that form these types of sites and their patterns of occupation, showing the insure of the authorities and entrepreneurs in carrying out such implementation without the necessary archaeological study.

Key words: destruction, archaeological heritage, Laguna dos Patos

Sítio arqueológico Guarani em destruído no projeto Amarílis, Pelotas – RS.

Os/as quatro irmãos/ãs que escrevem esse texto pensam a oposição aos promotores da destruição e percebem que essa se amplia quando envolve também os promotores de uma escrita sempre abstrata, calcada em legislações e teorias que não se aproximam do real. A escrita surge no contexto do debate.

¹ Prefeitura de Piçarras – Secretaria da Educação – anacarle@yahoo.com ; Piçarras – SC - <https://orcid.org/0009-0002-8632-6783>

² Empresa Carle e Carle Arqueologia - mibacarle@yahoo.com.br Piçarras – SC - <https://orcid.org/0009-0004-6328-4247>

³ PPGAnt-Curso de Arqueologia-ICH-UFPel - cbcarle@yahoo.com.br Pelotas, RS - <https://orcid.org/0000-0003-0761-6409>

⁴ Licenciado em História; Arqueólogo; Prefeitura Municipal de Joinville / Secretaria de Cultura e Turismo/Unidade: Museu Nacional de Imigração e Colonização; Membro eleito do Sistema Municipal de Museus; Assistente Cultural/ Monitor de Museu – Prefeitura Municipal de Joinville/SC ; mcarle@yahoo.com.br Joinville / SC - <https://orcid.org/0009-0008-9308-9660>

Os/as quatro pesquisadores/as trazem uma questão para o debate: Qual o motivo de continuarem destruindo sítios Guarani em Pelotas, por ações imobiliárias? Percebemos que a memória destes lugares não é reconhecida nem pelos seus prepostos de defesa. Os prepostos de defesa são os arqueólogos em meio empresarial (arqueólogos de contrato) e os governos, que deveriam promover e implementar as leis de defesa do “patrimônio”. O cerne desse texto não é esse descaminho no sentido da preservação, mas a preservação de um sítio e suas simbólicas (Durand, 1988), nos lugares de antigas ocupações Guarani no litoral ocidental da Laguna dos Patos. O texto foi inicialmente produzido antes da destruição do sítio, mas não conseguimos publicar o mesmo, pois os “mortos vivos” impediram.

Klaus Hilbert (2016, p. 60) percebe que, muitos “mortos vivos” na arqueologia, não levam em consideração a validade dos dados, pois praticam uma arqueologia teórica fechada em gabinete, que por falta de ideias e dedicam-se a destruir a abordagem principal de outras pesquisas. Os “mortos vivos” produzem “grande quantidade de artigos e livros”, recheados de linguagem impressionante, palavras extensas, equações, diagramas complicados, linhas cheias de explicações inacessíveis, coisas que “poucas pessoas realmente lêem”, exceto aqueles mesmos, seguem com “linguagem atualizada, para, eventualmente, encontrar algum ponto que possa ser criticado”. Hilbert (2016, p. 60) recita Paul Bahn, “os arqueólogos de campo escavam lixo, enquanto arqueólogos teóricos escrevem seu próprio lixo”. Nosso texto foi destruído por esses “mortos vivos”. O texto insubordinado aos “mortos vivos” é inconformado pelas autorizações sucessivas ao “licenciamento ambiental”, sem reflexão à destruição que promovem.

A abordagem não trata de legislações permissionárias da destruição, mas da velha lei de arqueologia (de 1961) e da Constituição (de 1988). O texto é fruto do universo da ação pública da arqueologia que levou um grupo de moradores articulados na luta para impedir obras e que os estudos denunciam. O sítio, no entanto, já foi destruído. Os “mortos vivos” sangraram o sítio, ele não existe mais, assim esse texto é o que resta do sítio. O saber sobre o valor arqueológico é de conhecimento público e foi solicitado aos arqueólogos sua preservação, mas os “mortos vivos”, disseram não ao texto, pois preferiram como sempre em suas acolhoadas cadeiras olhar com dedem o alerta que o texto trouxe. O IPHAN passou a uma empresa de contrato arqueológico a possibilidade de empreender os estudos na área, a área foi extraída em mais de 2m de areia por máquinas para nada mais sobrar do sítio, os contratados fizeram as velhas “cabines telefônicas” dos anos 1960/70, e quem saiu com a área foi a empresa imobiliária. Destruíram totalmente as evidências e deixaram apenas um pequeno espaço de preservação, que não foi sequer escavado. As empresas de arqueologia apenas burocratizam a imposição de normas regulatórias ao trabalho arqueológico e não a sabedoria dos objetos em estudo.

O caráter especulativo dos perpetuadores da destruição é refutado pelo nosso saber arqueológico de anos de estudos. Os serviços da “Protetora das Coisas do Patrimônio” (Hilbert, 2016, p.35-36) esquecem, nós os lembramos dos “sonhos que temos, nos quais os super-heróis invencíveis conseguem resolver todos os problemas, e também o de como salvar toda a humanidade do esquecimento e da morte” (Hilbert, 2016, p. 37). A perda do patrimônio é de responsabilidade desses “mortos vivos”, pois o perdemos.

A “nuvem difusa, num esquecimento envergonhado e constrangedor” (Hilbert, 2016, p. 37) expurgamos do texto, antes refutado. Klaus Hilbert (2016) fala dos pensamentos estranhos aos saberes arqueológicos, dos “planos de como proteger os lugares dos achados arqueológicos” (Hilbert, 2016, p. 37), mas continuamente “são roubadas e não pertencem mais a todos, mas apenas a poucos, que se estatuem como donos do passado e da memória” (Hilbert, 2016, p. 37). A “Protetora das Coisas do Patrimônio” é negada, pois os “objetos achados” no sítio, “as coisas”, foram “destruídas, eliminadas, roubadas e levadas para outros lugares, muitas vezes desconhecidos e inacessíveis” (Hilbert, 2016, p. 37). O sítio foi destruído o texto expressa o valor perdido.

O nosso lugar de fala é de quatro irmãos dedicados as investigações e a proteção de povos originários, que diferem dos “filósofos renascidos” (Hilbert, 2016, p. 68) que são os “mortos vivos”, que permitiram a destruição do sítio. Nos dedicamos ao saber oriundo dos vestígios e não arguições filosóficas de produtores de leis, como diz Flannery (1982, citado por Hilbert, 2016, p. 69). Os artefatos do passado e suas razoáveis explicações nos mostram o texto com valor maior que relatorial, negamos discussões infrutíferas sobre eficácias de leis, focamos no sítio e seu valor.

A destruição do sítio provocou o roubo das histórias das pessoas e suas memórias (Hilbert, 2016). Os objetos foram levados em caminhões e as estruturas antigas sumiram. As pessoas ficaram sem suas histórias em suas terras, o passado passou e o contar sobre o passado se desfez. Resta apenas esse texto, que conta a história do passado, no presente focado no futuro (Hilbert, 2016). Anos de trabalho dos autores permite um posicionamento político ideológico de denúncia, sobre o descaso, dos “mortos vivos” e “filósofos renascidos”. As coisas do sítio destruído pertenciam a antigos habitantes do litoral da Laguna dos Patos, fundadores do território, nomeadores dos lugares, nomes que se perpetuam até a atualidade. A “Protetora das Coisas do Patrimônio” (Hilbert, 2016), ligados a produtores de “lixo de gabinete”, focaram em leis da submissão e permitiram o fim do saber antigo, contido no sítio arqueológico. A memória dos povos originários fustiga os opressores de gabinete. O valor arqueológico destruído é de indígenas presentes na região de Pelotas.

Os ameaçados e destruídos sítios Guarani em Pelotas são valor de memória reconhecido. No entanto o capitalismo e visão eurocentrada prepondera, contra a voz indígena. Visões acabadas de uma ciência parada no tempo nega as comunidades que se juntam na luta contra os “mortos vivos”, que destroem os seus bens. A arqueologia cuja leveza transita no “caminho conhecido da rearticulação da diferença” é a que “tolera histórias não acadêmicas, não totalizantes, não logocêntricas, mas as limita e neutraliza, impugnando-as ou convertendo-as em adornos festivos de seu altar multivocal” (Gnecco, 2010, p. 99). A escrita visa responder: o que foi destruído? E dizemos o destruído é mais importante que as legislações. A arqueologia multicultural ou multivocal (Gnecco, 2010) valoriza o que está em constante ataque. A comunidade local do bairro Amarilis se levantou, denunciou, ao IPHAN, mas os “mortos vivos” (Hilbert, 2016) permitiram a destruição do sítio em favor do “Capital imobiliário”.

A arqueologia pública da diferença flui pelas histórias não acadêmicas do vivido. Arqueologia da luta social contra o capital, prática usual do modelo de estado que está no Brasil (Carvalho, 2004 [2020]). A leveza re-articula o caminho (Hilbert, 2016), dá voz ao diferente na vida em sociedade. A arqueologia “conservadora” destruiu o sítio, é herdeira em sua auto-representação, das universidades européias do século XIX (Carvalho, 2004 [2020]), carrega milicianos no poder, degrada o humano, o ambiente e o patrimônio. A “aposta arqueológica pelas histórias locais”, que seguimos, conhece o “paradoxo” do “colonialismo europeu” que “atomizou as sociedades” na “conquista da América” e as “homogeneizou e coletivizou com o termo *índios*” (Gnecco, 2010, p. 100). Pensar dominante, hegemônico, se pretende eterno, é o acadêmico e o europeu/estadunidense, evocado por milicianos no poder, por “doutores”-“mortos vivos”, que não reconhecem a autoctonia dos entes e sua presença atual no cenário nacional.

A arqueologia acadêmica “conservadora” se dedica ao “*índio*”, não permite ao indígena elaborar seus pensamentos, sobre si mesmo, nem aos seus descendentes. A academia é aliada do capital (Mészáros, 2004 [2020]), destrói os seus lugares e permite instalação de formas exógenas, sem valor social, apóiam um dito “progresso”, banalizado, evidente interesse no lucro de poucos sobre a territorialidade de muitos (Mészáros, 2004).

O lugar, o sítio, está em plena disputa, mas quase todo dele se foi em caminhões para longe, destruído. Os habitantes da localidade tentaram deter sua destruição, mas foram vencidos pelo capital e pelos agentes do governo. O sítio foi descoberto fortuitamente após parte de sua destruição, por um dos

autores e seu com seu filho menor. Os representantes institucionais da sociedade permissivos a destruição de valores tradicionais dos povos originários (Carvalho, 2004), agiram antes que publicássemos este texto, que rodou entre revistas que negaram sempre sua publicação.

O sítio arqueológico Guarani, das dunas antigas da praia do Laranjal, foi destruído por um “empreendimento imobiliário chamado Amarilis”. A degradação acobertada pelos “mortos vivos” que impediram a publicação deste texto antes, impediram o conhecimento sobre os valores da área arqueológica.

A obra de engenharia preponderou ao sítio. A atitude dos empreendedores e do IPHAN na área degradou a possibilidade de se conhecer verdadeiramente o sítio. Mas os nossos estudos mostram parte desse valor. A “Protetora das Coisas do Patrimônio”, pouco fez, as leis são letras mortas no papel e deleite dos “mortos vivos” se pronunciou.

O efeito devastador de um loteamento sem escrúpulos

Questionamos qual o motivo dessa continuação destrutiva dos sítios Guarani em Pelotas, por ações de imobiliárias, considerando o valor de memória dessas áreas, qual motivo esse bem não é reconhecido, nem pelos seus prepostos de defesa desse patrimônio e nem pelos governos locais, estaduais e federais? O capital venceu (Carvalho, 2004). O valor arqueológico inestimável é apresentado, mas não consideramos os valores do patrimônio ambiental.



Foto de placa feita por um dos autores na área em degradação (13/02/2020).

A placa indica o respeito à lei ou texto normativo de proteção e conservação, mas que em realidade não estava sendo cumprido (após a denúncia ao IPHAN a placa da prefeitura foi removida, hoje há uma placa do IPHAN indicando o que sobrou do sítio, imagem abaixo). No dia 13 de fevereiro de 2020, às 18h, um dos autores saiu com seu filho para realizar uma “pedalada”, chegando ao antigo residencial Amarilis, por volta das 18h30min e encontrando área em destruição. Um sistema de arruamento alterara a paleoduna totalmente e a mata nativa fora arrancada. A visão foi impressionante pela degradação ambiental, mas logo na primeira quadra fomos surpreendidos pela presença de artefatos arqueológicos, em meio à duna cortada pelas novas ruas. Os cortes criavam vários barrancos e nesses eram visíveis as camadas repletas de material e manchas de ocupação no solo. A área ampla destruída foi posteriormente localizada em ponto central cartesiana Zona 21 - 31°45'29.0"S - 52°14'23.9"W (Datum Córrego Alegre), imagem do *Google maps* e *Gogle Earth* abaixo.

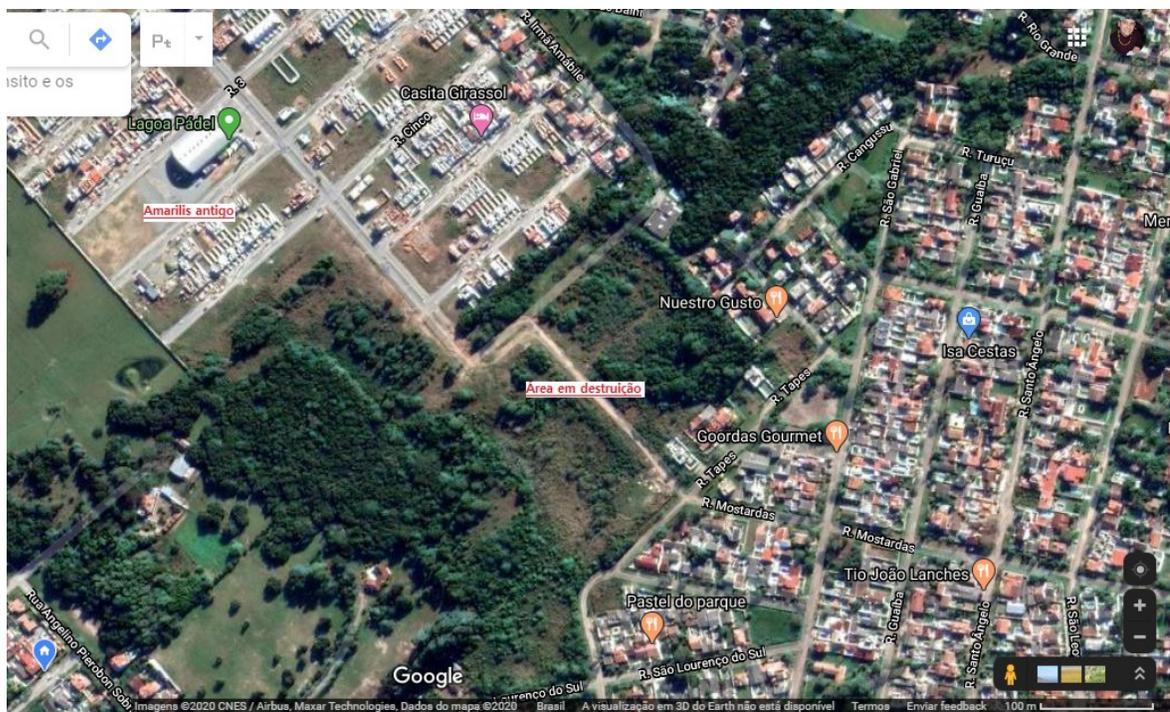


Imagem a partir do *Google Maps* (16/03/2020) com demarcação da área de interesse.



Fotos de área de paleoduna destruída pela colocação arbitrária de rua, sem o devido cuidado com a preservação ambiental, na área foi localizado o primeiro vestígio arqueológico (centro da foto acima banco da bicicleta), e é possível ver a amplitude de degradação da duna na inserção de rua do loteamento, área de sítio arqueológico em destruição (13/02/2020).

Chocados com o nível de destruição do sítio cortado por inúmeros arruamentos demos sequência ao passeio pela área.



Vista da destruição da Duna, corte profundo que atingiu o solo antrópico dos Guarani (13/02/2020).

A presença de solo antrópico, solo de ocupação, associados aos fragmentos cerâmicos configura o sítio Guarani. A destruída duna, arrancada sua vegetação original, mostra outras marcas da ocupação, solos queimados, cinzas expostas, solos pretos antrópicos com cerâmicas visíveis, nos cortes feitos pelas máquinas. A cultura material, fragmentos cerâmicos visíveis e os solos estavam expostos.



Fragments cerâmicos expostos na área, relacionada aos antigos povoadores Guarani (13/02/2020).

Gnecco (2010, p. 102) nos indica que “os acadêmicos não são os únicos guardiões das portas do céu decolonial”, recebemos informações de moradores que eram contrários a destruição. Os “movimentos sociais estão suficientemente empoderados para lutar por suas agendas, algumas das quais podem querer nosso acompanhamento” (Gnecco, 2010, p. 102), nesse sentido é destacável a consciência do mundo na forma *direta* que perceberam a destruição completa que se efetivou. A comunidade local previu, mesmo que olhando mais para o ecossistema, do que o seu conservador (Durand, 1988, p 11-12). A consciência apresenta o mundo também de forma *indireta*, pelas lembranças, por imagens onde na realidade dos diferentes “graus da imagem”. (Durand, 1988, p 11-12), as fotografias se tornaram contexto, pois o sítio sumiu. O presente direto percebido os riscos e o passado indireto, mostraram a inevitável perda de memória e de imagens.

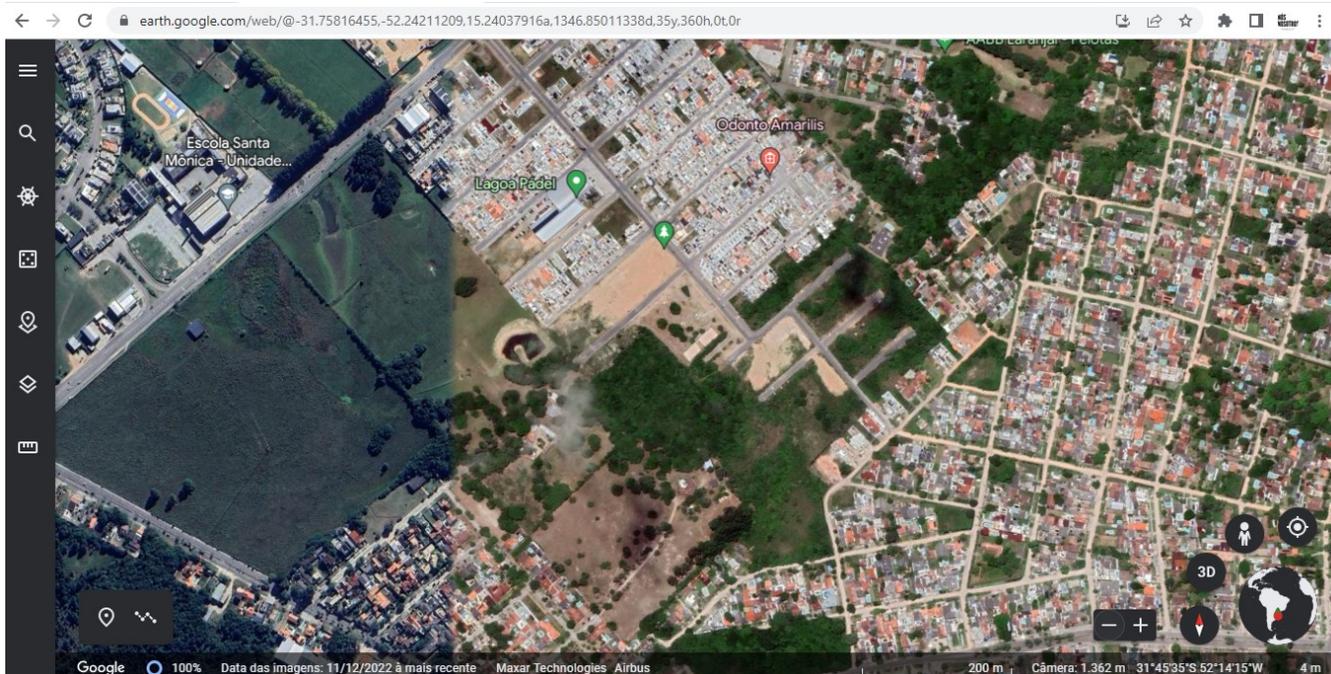


Imagem Google Earth da mesma área (imagem de 2022 acesso em 05/06/2023).



Vista da área em destruição já em 2022 (Google Earth – 05/06/2023)

O processo não parou continuou até sua total destruição. O que verificamos em 2020 foi uma área ampla já destruída pelos arruamentos mesmo com a denúncia junto ao IPHAN.

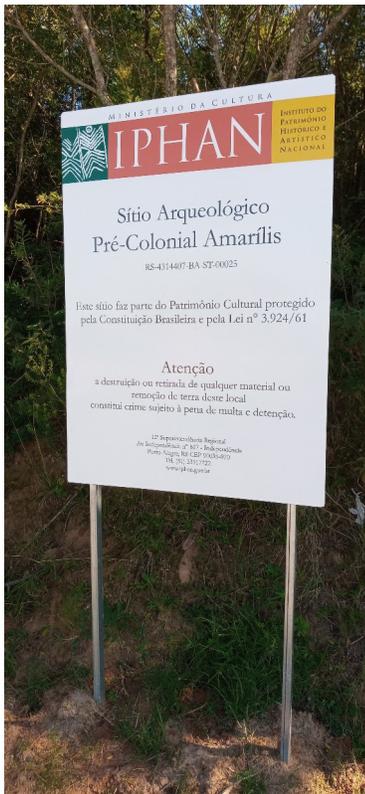
Comparação entre antes e depois no Sítio destruído



Fotos da área com partes do sítio intactas (13/02/2020)



Área atual após destruição (20/05/2023)



Imagens atuais de placa em área não escavada e explicação sobre o que estava na área (30/05/2023).

A impressão que fica dessa degradação é o descaso das autoridades e dos empreendedores pelo bem inalienável, que são os sítios arqueológicos no país, conforme Legislação e Constituição brasileira, mas de forma mais direta, pela vontade dos herdeiros diretos – os Guarani, e dos indiretos - como são os moradores do local.

A ampla área de destruição ambiental e de patrimônio arqueológico inestimável. A área foi visitada posteriormente por representantes do IPHAN, mas sua degradação e tentativa de consolidação

como área a ser ocupada, inescrupulosamente continuou até a destruição completo do sítio. Os responsáveis deveriam ser punidos conforme a Lei 3924/61 e Código Penal Brasileiro. Cobramos, antes e pouco foi feito. A paleoduna de transgressão marinha, representante desse momento da pré-história geoambiental do Estado do Rio Grande do Sul, deveria ser mantida, sendo parte das últimas transgressões marinhas, quando o mar atingia essa região. A área em ataque do sítio Guarani apresentava vestígios dispersos em um raio maior que de 2000 m, ou seja, um sítio arqueológico de mais de 100.000m².

Os estudos de Rafael Milheira (2008, 2010) do LEPAARQ-UFPeL, apresenta dois grandes grupos culturais, por assim dizer: os construtores de cerritos são aterros antrópicos, cômodos ou morrinhos dos bugres, “murrinhos”, como são também conhecidos, ocorrem nos terrenos planos, baixos e alagadiços, apresentam a base elíptica ou circular (Naue et al, 1968. p.144), que datam a 2.500 anos; que posteriormente, cujos objetos encontramos na área, ocupados por Guarani, grupos que ainda se encontram na região (vide a Aldeia Capi Yvi, em Pelotas).

O indígena Guarani e seus vestígios estão sendo apagados da região, covardemente, com enormes equipamentos de destruição. Os Guarani são um grupo antigo, como alerta o Padre Jesuíta e Arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz, seus estudos não devem e nem é “interessante separar dados históricos dos arqueológicos”, pois compreende este “sua íntima conexão”, sugere então “manejá-los simultaneamente, buscando uma antropologia e uma história dos agricultores do mato” que “são hoje arqueológicas” (1991, p.31). O Guarani no lugar é símbolo, que se define, a partir da categoria dos signos que são subterfúgios que remetam a um significado presente e verificável (Durand, 1988, p.12). E a arqueologia rerepresenta esse símbolo.

Os conhecimentos arqueológicos sobre o Guarani, que é símbolo da luta arqueológica contra a destruição, é muito grande em Pelotas, autorizada, a “Protetora das Coisas do Patrimônio” local, departamento público da prefeitura, que permitiu a atuação do destruidor. A permissão arqueológica das “práticas disciplinares distintas, acaso complementares a formas tradicionais de fazer” e de proteger as coisas herdadas, “são uma aposta pela transformação da disciplina e do seu jeito de se relacionar com a gente e de se comprometer com suas lutas por um mundo mais justo” (GNECCO, 2010, p. 102).

A ocupação antiga na região

Os estudos que nossa família de arqueólogos conhece esse autoctone. A pesquisadora Mirian Carle (2002), defendeu dissertação sobre a ocupação desse grupo na região, em duna similar e de mesmo período, e por sua expertise é referência. O prof. Cláudio Carle a mais de 10 anos atua na investigação da região, o pesquisador Mateus Carle atua a muitos anos na investigação desses sítios na região de Joinville (SC) e a bioarqueóloga Ana Carle exumou inúmeros vestígios humanos e animais dessa região. A soma desses conhecimentos produz essa valorização contra a negação das “Protetoras”.

Mirian (2002) destaca que na década de 1940, Áureo Nunes de Almeida, Oscar Pernigotti e outros percorreram a região do sul do Estado do RS (onde está Pelotas) e localizaram vários sítios arqueológicos (Carle, 2002; Pernigotti & Almeida, 1961; Almeida, 1993). No final da década de 1960, José Proenza Brochado e Pedro Ignácio Schmitz, pesquisaram a área, localizaram sítios Guarani “sobre e entre dunas” e sítios ligados a construtores de cerritos, alguns foram escavados (Carle, 2002; Naue et al, 1968, 1971; Schmitz, 1976).

Guilherme Naue, na década de 1970, realizou coletas superficiais em sítios junto à Laguna dos Patos, caracterizando-os como Sítios de Tradição Arqueológica Tupiguarani (Carle, 2002), tipologia depois substituída por Cultura Guarani para o sul do Brasil. Segundo a descrição, dos anos 1970, os sítios “estão localizados sobre a costa fóssil da Lagoa dos Patos”, “apresentam-se erodidos e neles

aparecem numerosas concentrações de cerâmica, instrumentos líticos e áreas (manchas) de terra escura” (Naue, 1973, p.257). Descrição evidente no local em destruição.

A área dos sítios, já nos anos de 1970, demonstra “habitações”, casas construídas com objetos que se degradam e formam as massas de terra escura, como aparece no local em destaque. As áreas “normalmente encobertas pelas areias movediças (móveis das dunas), surgem à vista por ocasião dos fortes ventos” (Naue, 1973, p. 257), que no caso não ocorre, pois está coberta por densa vegetação, agora arrancada pelas máquinas do depredador ambiental. “O material arqueológico aflora na superfície das depressões, entre as dunas movediças, em geral, abaixo do nível da camada de ocupação, quase sempre destruída pela deflação eólica” (Naue, 1973, p.257).

Os pesquisadores realizaram “coletas sistemáticas e completas” e escavam o “sítio RG 2-1”, que mostra “parte da camada de ocupação ainda conservada” com “12 cm de espessura”, similar ao desse local, comum para uma ocupação de área arenosa, correspondendo a centenas de anos, tendo em vista a mobilidade das dunas (ventos e chuvas) [Naue, 1973, p.257; Carle, 2002].

As escavações forneceram cerâmicas, ossos e carvão de restos de ações alimentares. O carvão foi “submetido a análise do C14” e “datado em 890 ± 40 , ou seja, 1.060 A. P. (SI - 1190)” (Naue, 1973, p.257; Carle, 2002), data repetida muitas vezes pelos estudos de Milheira (2008, 2010). As datas devem ser entendidas como signos, econômicos e diretos, mas podem ser alegóricos e emblemáticos, “os signos alegóricos sempre contêm um elemento concreto ou exemplar do significado” (Durand, 1988, p. 13). O significado é que a ocupação Guarani é de mil anos atrás, ou seja, no mínimo 500 anos antes dos invasores europeus.

No Sítio Escola Internacional de Arqueologia, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), 3 dos 4 irmãos participaram das escavações, no sítio RS RG 002, na Fazenda Soares, localidade de Povo Novo, município de Rio Grande/RS, em 1991 e 1993 (Carle, 2002), a maior área escavada nesse tipo de sítio, na região, e fica distante 12 Km do sítio em destruição, no mesmo cordão de dunas. As análises de materiais cerâmicos e manchas identificadas no solo, foram aprofundadas em laboratório, por Mirian Carle (2002). Foi identificada estrutura completa de uma casa Guarani, mil anos antes da invasão europeia. A pesquisa datou em 1500 anos atrás (datação por C 14 - Beta 64560, 580 ± 50 AP e Beta 64284 - 510 ± 60 AP.) [Carle, 2002].

A casa estudada apresenta um vão de 65×100 m, ou seja, 650m^2 e as aldeias possuíam entre 10 e 20 casas, com área 50.000m^2 , ou mais, com dispersão ampla das casas e provável praça central (Carle, 2002).

Os vestígios, na área em destruição para constituir um loteamento, são idênticos aos descritos acima. O estudo de Fernando La Salvia e José Brochado (1989, p. 25), indica que as peças possuem um “modo de acabamento ao tratamento aplicado a superfície das paredes dos recipientes cerâmicos (...) nem sempre tem a finalidade decorativa, por vezes sua intenção é utilitária ou de simples acabamento”. Estão sendo destruídos muitos “signos arbitrários” que “remetem a uma realidade significada, senão presente pelo menos sempre representável” em destruição. O sítio é um “signo alegórico” que remete “a uma realidade significada dificilmente apresentável” e “obrigados a figurar concretamente uma parte da realidade que significam” (Durand, 1988, p. 13). Os Guarani estão sendo invisibilizados para sempre com essa destruição.

Identificamos alisamentos, incisões e dobramentos, conhecidos como corrugamento, que definem funcionalidade e simbólica (Meggers & Evans, 1970; Brochado, Monticelli & Neumann, 1990; Carle, 2002). As estruturas visíveis, agora destruídas para sempre, mostraram vários tipos de contextos, das concentrações de carvão, de concentrações de fragmentos cerâmicos, de fogueiras, de marcas de estacas e variadas marcas de esteios periféricos menores, mostram áreas de pisos de casas, áreas de lixeiras e depósitos secundários com restos de utensílios de uso diário (Carle, 2002).

As evidências mostravam estruturas como enterramentos, áreas rituais e outras que a visão superficial não constata. A simbólica presente no visível recortado por ruas asfaltadas agora foi arrancada por máquinas destruindo signos referentes ao sentido do valor dessas sociedades, mais que apenas os objetos sensíveis, os mitos que esses lugares envolveram (Durand, 1988, p. 13).

Os fragmentos cerâmicos avaliados na tecno-tipológica e funcionalidade evidenciava o contexto arqueológico Guarani. O pesquisador Guilherme Naue (1968), Mirian Carle (2002) e Rafael Milheira (2010), percebem a morfologia das vasilhas, estudos detalhados que não ocorrerão mais, dariam o valor que esse merecia.

Os indígenas Guarani são estudados pela reconstrução gráfica das vasilhas cerâmicas, a partir de seus fragmentos que persistem nos sítios (Carle, 2002). Estudos qualitativos, quantitativos e de distribuição espacial do material arqueológico definem sistemas de atividades, as formas de habitação e descarte dos artefatos (Carle, 2002). A “reconstituição da cultura” é fruto de “padrões de abastecimento, a estrutura da casa e da aldeia, a territorialidade, os rituais de sepultamento, a tecnologia e muitos outros terão de ser rigorosamente observados e elaborados” (Schmitz, 1991, p. 31-2). Os estudos são garantidos na Constituição Brasileira, conforme o prof. Schmitz, como patrimônio nacional inalienável e que não deveriam ser destruídos como nesse caso. Os sítios arqueológicos são símbolos nacionais. O símbolo, como signo concreto, evoca através da relação algo ausente ou impossível de ser percebido. Apresenta-se como revelador se estudado. A destruição de símbolos não permite encontrar a “melhor figura possível de uma coisa relativamente desconhecida que não se saberia logo designar de modo mais claro ou característico” (Durand, 1988, p. 14). O símbolo carrega sentidos da existência direta dos grupos Guarani no presente, vivamente da sociedade brasileira, como interação entre campos da imagem (Durand, 1988).

O Guarani estava assentado em meio a um pequeno sistema de matas, que hoje possuem poucos remanescentes, com uma fitoecologia básica que possibilitasse a reprodução de seu sistema de plantio. Cultivam “milho, aipim, abóbora, batata doce, amendoim, feijão, cará, fumo, algodão e outras plantas tropicais, sob os cuidados das mulheres; e a caça e pesca, sob a responsabilidade dos homens” (Schmitz, 1991, p.34). O Guarani assim o faz até hoje como é possível perceber na aldeia de Pelotas, Capy Yvi, a “simbólica” Guarani ordena seus sítios, simbólica que “é transfiguração de uma representação concreta através de um sentido para sempre abstrato” (Durand, 1988, p 15), o concreto antigo, representado nas ocupações das dunas, e na ocupação serrana onde há outros sítios arqueológicos Guarani, nessa região. O sítio Guarani é símbolo. O símbolo é “uma representação que faz aparecer um sentido secreto; ele é a epifania de um mistério” (Durand, 1988, p 15). A sua preservação como símbolo Guarani, por respeito a esses dois aldeamentos e a sociedade indígena que deu nome pelos seus barcos a ocupação dessa cidade, a cidade das Pelotas. Pelotas foi o nome dado pelos espanhóis, europeus que aqui chegaram, aos barcos de couro em forma de bola que esses indígenas usavam no tempo da invasão europeia colonial.

A visão, mesmo que parcial do sítio no subsolo e aparente na superfície nos possibilita demonstrar que é possível investigar um assentamento Guarani, a partir da identificação da distribuição dos diversos artefatos arqueológicos, morfologias, funcionalidades, concentração e outros. Atributos estudados no sítio (Renfrew e Bahn, 1993, p. 166) e não com sua destruição. A visibilidade dos Guarani do sítio estavam presentes na herança local e perdemos a oportunidade de testar os dados identificados na produção sobre esse saber análogo ao sítio da Fazenda Soares em Povo Novo (Carle, 2002).

A grande extensão da área com conhecimento acumulado por anos se foi. “Nenhum livro pode ensinar o hábil movimento de uma raspadeira, que, nas mãos de um escavador experiente, sente que uma mudança na natureza do solo anuncia o próximo início de uma nova camada” (Celoria, 1975, p.136). Quando escrevemos o texto era uma forma de clamor a sua não destruição. Mas ninguém quis publicar. Agora mostramos o valor que se perdeu sem sabermos quase nada dele.

O valor do sítio no contexto Guarani

O pesquisador Guilherme Naue, entre 1966 e 1977, desenvolveu pesquisas arqueológicas na região, mapeando sítios superficiais e aterros, medindo-os, realizando coletas superficiais de material arqueológico, escavações estratigráficas e poços-testes. Desenvolve estudos tipológicos sumários do material recolhido (Carle, 2002), depois outras ocorreram até a grande escavação de 1993 (Carle, 2002). O material gráfico e interpretativo desenvolvido a partir da investigação possibilita entender a maneira como se organizavam os Guarani em Pelotas, há centenas de anos antes do presente.

O significado ambiental da habitação Guarani, na região, foca na permanência até o presente. O assentamento dos indígenas produziu objetos e marcas aparentes na “cultura material”, pensadas por Brochado, Hilbert e Carle (1993), Carle (2002), Milheira (2008, 2010). As várias gerações de arqueólogos caracterizam a variabilidade cerâmica, entrecruzam dados e construindo padrões de atributos de artefatos. A documentação gráfica, fotográfica do material e a reconstrução gráfica das vasilhas cerâmicas foram realizadas. Os resultados contextuais do Guarani nos sítios mostram seu início e abandono. Segundo Schmitz (1991, p.31) “há uma ligação inegável entre os Guarani históricos e os reconstituídos através da arqueologia”. Percebendo isso devemos cada vez mais indicar “os pontos onde há conexão”.

A amplitude do espaço ocupado possibilitaria no Amarilis identificar diferentes áreas de atividades (Renfrew e Bahn, 1993, pp. 178 e 182) demarcadas por manchas no solo e pela cultura material em dispersão. A área do sítio lembra as pesquisas realizadas por Oscar Pernigotti, Áureo Nunes de Almeida e outros, já na década de 1940 (Pernigotti e Almeida, 1961; Almeida, 1993), constata Prous (1992, p. 11), atuavam no Brasil basicamente arqueólogos amadores, trabalhando de forma empírica e métodos indutivos, realizando suas pesquisas fruto de informações pessoais obtidas com moradores locais (Carle, 2002, p 22). Nos anos de 1960, José Proenza Brochado e Pedro Ignácio Schmitz localizaram sítios com material cerâmico entre e sobre dunas, atribuídos a Tradição Tupiguarani (Naue et alii, 1968, 1971; Schmitz, 1976).

Desta forma nos parece que devemos admitir serem sítios de grupos locais aculturados, o que em outras palavras indicaria que se trata de aldeamentos ou acampamentos charrua (em sentido lato) em contato maior ou menor com o português. Esta suposição deixa entretanto uma série de pontos obscuros, entre os quais um dos mais importantes é a localização das 200 famílias de índios (tupis?) trazidos de São Paulo para colaborar na construção e defesa do forte que deu origem à cidade de Rio Grande (Naue et al. 1971, p. 110).

Os estudiosos amadores já percebiam o valor da área, e depois a séria de pesquisadores que avançam cientificamente até o presente constata, mas sem sítio não há como perceber esses conhecimentos elencados por anos.

A Cultura Guarani (Carle, 2002), que supera a noção da Tradição Arqueológica Tupiguarani, (PRONAPA – 1965 a 1971, conf. Prous, 1991, p. 16), verifica um sistema de assentamento Guarani na região, reconhecido pelas áreas de atividades como “aquela que procura entender os registros arqueológicos enquanto testemunhos de adaptações ambientais” (Assis, 1999, p. 229), que só seria possível com o sítio todo estudado, o que não é mais possível, perdemos a oportunidade.

A cultura interlocutora de escolhas culturais em ocupar dunas, florestadas, verificada em Povo Novo é idêntica ao Amarilis. O contexto cultural do “padrão de assentamento” (Carle, 2002) é “recorrente” e a “intenção parece ser a de tentar associar características ecológicas à implantação dos sítios” e os “sítios associados a um grupo cultural teriam preferencialmente uma localização em um

ambiente padrão” (Assis, 1999, p. 229). O lugar é a mesma duna formada pela última regressão marinha, antes da formação da Laguna dos Patos. A escolha cultural dos Guarani é a mesma nos dois lugares, mas não temos mais como confirmar no Amarilis.

O loteamento destruiu o “padrão de assentamento” referência de ocupação. As habitações e espaços entre elas, visíveis antes da destruição, sumiram do Amarilis, sem estudos das relações intra sítio (Carle, 2002). O padrão de assentamento e as relações intra sítio se foram junto com a visão da distribuição espacial do material, nas diferentes áreas de atividades, dentro e ao redor da habitação indígena Guarani, como visível em Povo Novo, Rio Grande, em 1993 (Carle, 2002).

A Teoria de Alcance Médio (conf. Dias, 2001) junto com a Geoarqueologia (conf. Morais, 2000) seriam capazes de observar os sistemas regionais de povoamento e relações intra sítio destruídas. As relações contextuais das áreas de atividade dos Guarani (Carle, 2002) se foram. A casa Guarani de Povo Novo apresenta forma que se moldava as dinâmicas geoambientais, e poderíamos observa no Amarilis.

O pensamento de Morais (2000, p.15) sobre os assentamentos permitiria implementar o modelo regional desenvolvido por Milheira (2008, 2010), na ideia de um “sistema regional de povoamento” dos horticultores Guarani (Carle, 2002), mas com a destruição pouco ficou para fazê-lo. Morais (2000), Carle (2002) e Milheira (2008, 2010) percebem as interações intra sítio, onde a casa, rerepresenta outras por analogia, no interior suas fogueiras, cavaletes, espaços de dormir e de realizar outras atividades configuram o intra sítio, que pode ser associado ao entre sítios, formatando esse sistema de assentamento. Precisávamos do sítio Amarilis para tanto, não teremos.

O sistema regional precisa dos vestígios preservados no local. O sítio poderia ser entendido como inserido dentro de uma morfologia e função de acampamento, ou aldeia, no sentido em que é comparável aos outros da região (Carle, 2002; Milheira, 2008, 2010). Os dados superficiais iniciais na relação desses autores com Naue (1973), mostravam o sentido as ocupações da dita "costa fóssil da Lagoa dos Patos" dos núcleos de solo antropogênicos (Morais, 2000, p. 11) ou manchas de terras escuras (Naue, 1973, p.257), demarcam locais de inserção dos cultivadores Guarani na região (Carle, 2002; Milheira, 2008, 2010), mas não podemos mais ver isso no Amarilis.

Os atributos inter-relacionados de “habitações” que “possuem forma elíptica” e suas dimensões que variam de tamanho, “normalmente encobertas pelas areias movediças, surgem à vista por ocasião dos fortes ventos”, dos vestígios arqueológicos que afloram “na superfície das depressões, entre as dunas movediças, em geral, abaixo do nível da camada de ocupação, quase sempre destruída pela deflação eólica”, que encontramos em Povo Novo e no Amarilis “são considerados habitação” (Naue, 1973, p.257-58; também presente em Carle, 2002, e, Milheira, 2008, 2010). Poderiam ser considerados no Amarilis se existisse hoje o sítio.

O modelo de Morais (2000, p.15-16) destaca os processos de formação (Carle, 2002) deste sistema regional de povoamento Guarani (Milheira, 2010), onde estava o sítio Amarilis. O domínio espacial, Morais (2000, p.15) identifica um “amplo domínio visual da *skyline*” da região, padrão que se repete conforme as pesquisas de Naue (1973) e pelas observações realizadas na Fazenda Soares (Carle, 2002), locais similares ao Amarilis.

O Guarani ocupa as dunas mais altas e com boa visibilidade do entorno, tendo como base também a fonte de extração dos barros para confecção cerâmica, que no caso do sítio em estudo, estes locais situam-se a menos de duzentos metros do assentamento (Carle, 2002). Distante 400 m SE do Amarilis, na mesma cota altimétrica e mesma duna, foram catalogados achados arqueológicos cerâmicos Guarani, o que reforça o valor do achado. Os materiais arqueológicos cerâmicos localizados na visita, nas cotas altimétricas até 5 metros acima do nível do mar, em topos da barreira, produzida pelas antigas dunas de um período marinho, conformou a região (Carle, 2002), se repete vivamente no lugar do

Amarilis. Área de continuidade do cordão de dunas de Povo Novo. No lugar é possível identificar marcas dos pequenos veios líquidos tributários da Laguna, como em lugar próximo no Campo da Rádio, onde há uma nascente e pequeno banhado, hoje utilizado por animais vacuns para beber (400m Leste - localização central Coord. 31°45'21.8"S 52°14'47.7"W). Esses locais são escolhidos pelo Guarani (Carle, 2002, p. 17) para o abastecimento de água e de barros para a produção dos potes cerâmicos.

Os aspectos topográficos relacionados a este cordão de dunas possibilita o envolvimento com matas sub-tropicais das estruturas arbustivas, arbóreas e mesmo matas de galeria, que servem ao sistema de plantio dos Guarani (Naue, 1973, p. 248; Carle, 2002, p. 18). A bacia sedimentar com depósitos marinhos e lacustres (Carle, 2002, Milheira, 2008) apresenta as cotas altimétricas não destituídas, que são consideradas pela sua importância geológica e ambiental. Cotas que não deveriam ser destruídas por leis ambientais, neste caso, não cumpridas pela Prefeitura de Pelotas, que libera sucessivamente estes locais para construção de condomínios, mesmo com mata nativa existente.

A área em destaque é uma zona de formação mais recente do relevo gaúcho, que serviram de caminhos terrestres marcando a dinâmica de ocupação Guarani até a atualidade (Noelli, 1994 e Carle, 2002), serviram também aos tropeiros no passado mais recente (Gutierrez, 2001).

A cerâmica Guarani corrugada datada por volta de “700 a 800 d.C.” (Schmitz, 1990, p.38), conforme fotos do material que encontramos no sítio Amarilis, mostra “um grande vigor colonizatório”, empreendido pelos indígenas, que “além do povoamento no noroeste do estado já temos neste período antigo uma aldeia no vale alto Jacuí, mostrando que desde cedo esses horticultores saíram em busca de outras matas para cultivar”, ocupação que “consolida, (...) uma grande expansão colonizadora” (Schmitz, 1990, p.38). A ampliação da área do Guarani, vindos do noroeste do estado para cá, entre “os séculos IX e X”, dá início a ocupação dos “núcleos” de ocupação dos “vales cobertos de matas e ao longo das lagoas do litoral” (Schmitz, 1990, p.38). O ex-sítio é parte do estabelecimento da colonização Guarani, antes da chegada dos europeus na região.

Baseados “nas diferenças existentes nos recipientes cerâmicos em termos de decoração, forma e fabricação” (Schmitz, 1991, p.37), perceberíamos a origem remota dos Guarani, vindos há muito tempo da Amazônia (Noelli, 1993), cuja dispersão consolida na região a forma de colonização, guaranizando grupos locais, com o uso da perspectiva do “cunhadasco” (Souza, 1993), influenciando culturalmente com casamentos os grupos locais anteriores. A região é diferente de seu ambiente de origem e esse refaz sua estrutura de assentamento (Carle 2002). Não é mais possível ver isso no Amarilis.

O ambiente lagunar, com áreas alagadas, com barragens naturais, com dunas, formam locais passíveis de desenvolver sua cultura ancestral. O Guarani ocupante da formação da Laguna dos Patos, utiliza as faixas arenosas junto ao continente, na “planície costeira” pleistocênica com base amarelada da duna (Bray e Trump, 1990. p. 203), e holocênica com areias mais brancas (Guerra, 1972, p. 230), destruídas no sítio. Essas areias holocênicas criam uma faixa de areia mais móvel de contínua deposição de novos sedimentos lacustres e mesmo marinhos, carregados pelo vento. A duna holocênica foi destruída e ficou a parte pleistocênica. O Guarani holocênico construía suas moradas e áreas de horticultura (Carle, 2002), tudo foi retirado do Amarilis com seus vestígios.

Mirian Carle (2002, p. 19-20) percebe o nível do mar que até o terciário-médio está nos limites da borda do planalto cristalino sul-riograndense, corresponde à era Cenozóica, do rápido desenvolvimento dos mamíferos e o desaparecimento dos grandes répteis e dos moluscos cefalópodos (Guerra, 1972. p. 89). O cristalino, com suas elevações, que formam as serras onde está o município de Canguçu, proporciona ao Guarani locais de coleta de implementos em pedra. Hoje há uma grande aldeia dos indígenas Guarani no município de Canguçu e outra na região serrana do município de Pelotas, no que chamamos a Serra dos Tapes. O Amarilis possuía essa grande quantidade de vestígios líticos.

A partir do Pleistoceno (Carle, 2002, p. 19), forte sedimentação se fez sentir ao longo de antiga linha litorânea, fazendo com que o nível do mar fosse recuando gradualmente, ou seja, a duna destruída é deste período. A sedimentação das grandes dunas fica disposta ao longo do litoral da Laguna, por força do próprio rebaixamento do planalto cristalino (Carle, 2002). Na plataforma continental de pouca profundidade foram se acumulando grandes massas sedimentares, trazidas por duas correntes em sentido contrário, que se acumulavam ao longo da costa rio-grandense e nesse caso hoje encosta da Laguna. O Guarani ocupam (Carle, 2002, p. 20), ainda hoje, estes territórios onde foram conhecidos como Arachãs (Metraux, 1928, p.35).

A faixa de acumulação, que faz criar a estreita “faixa sedimentar” existente entre águas atuais da Laguna dos Patos e sua antiga costa, foi o local escolhido pelos Guarani para ocupação, com depósitos sedimentares costeiros, elevações compostas por areias, junto a Laguna dos Patos, era de ocupação paleo-solo que aflorou devido a erosão eólica (Carle, 2002, p. 21). O sítio segue a tipologia topomorfológica de desenvolvimento sobre terraços (similares a colinas) em formações de dunas antigas (Carle, 2002).

A simbólica garantia de manutenção advém também da “coleta” de “frutos, fungos, raízes, folhas e uma quantidade apreciável de moluscos fluviais”. Assim como no presente antigamente a “mata oferecia materiais para construção, cestaria, tecelagem, plumaria, armas, móveis e canoas” e o “barro era muito importante para a confecção de numerosos vasilhames, e pedras eram necessárias para preparação de instrumentos e armas” (Schmitz, 1991, p.34). Nesse local a coleta e investigação dos solos e polens para evidenciar a marca simbólica de seus estilos de vida original com modificações no tempo, que poderíamos encontrar no Amarilis.

A capacidade de usos da terra, nessa região, é de média a baixa produtividade em função da base arenosa e com níveis de desgaste bastante intensos, o que deve ter originado a constituição de estruturas familiares pequenas na composição da aldeia (Carle, 2002, p. 20). Carle (2002) apresenta a escavação de uma pequena casa, que deve ser padrão para famílias extensas menores que em outras regiões mais a norte do estado, que poderíamos ter visto no Amarilis. Constituídos em grupos menores que os existentes junto ao Rio Uruguai, no noroeste do Estado, seus sítios possuem uma ampla dispersão espacial onde se estabelecem (Metraux, 1928, p. 51).

O local apresenta os parâmetros locais que são associados a capacidade produtiva dos solos, tendo como pressuposto, os arranjos realizados no sistema adaptativo dos Guarani (Carle, 2002). A aplicação do sistema cultural, de alcance médio, demonstra os aspectos de interação das estruturas, estruturas estas compostas por objetos e por outras marcas arqueológicas deixadas pelo Guarani, e suas funcionalidades (Carle, 2002), que foram destruídas no Amarilis.

A cultura material é um meio extra-somático (Carle 2002, p. 21), expressando os atos sociais identificados, no registro arqueológico, mostram os aspectos êmicos e éticos da cultura, apresentando as adaptações dos “organismos humanos ao ambiente físico e social” (Dias, 2000, p. 09). A possibilidade de estudar os artefatos e as estruturas formais de objetos ou de áreas de atividade, entendendo áreas de atividade os locais internos aos sítios onde estão demonstradas as formas de organização dos grupos compoem-se de fogueiras, estruturas de habitação, espaços abertos, lixeiras, e outros, ajudam a compreender os sistemas culturais associados em suas relações contextuais (Carle, 2002). A destruição do sítio Amarilis eliminou as estruturas.

Binford (1977, 1981) contribuiu com a teoria de alcance médio, na especificidade da arqueologia frente à antropologia, que possibilita apresentar o passado pelo conhecimento ético e estético dos vestígios arqueológicos, e êmico tendo em vista e presença dos Guarani na região até o presente, como era o caso do Amarilis. O comportamento do Guarani, na observação direta, a partir das investigações etnoarqueológicas desvenda a fabricação e o uso dos instrumentos (Carle, 2002) e a

dinâmica de instalação e formação das áreas de ocupação, nesse sistema regional (Milheira, 2010). O uso das regularidades, destruídas não mais explicam o passado, não vemos mais as implicações na série de padrões uniformes. As características ecológicas e anatômicas das espécies existentes exploradas por seres humanos do passado dos “objetos perduráveis” (Binford, 1981, p. 28), do Guarani no passado e no presente, se foram. Os vestígios cerâmicos (Monticelli, 1995), as manchas no solo, os microvestígios da flora e da fauna, que dão sentido a investigação (Trigger, 1992, p.336-37), se perderam.

A análise do contexto (Renfrew, e Bahn, 1993, p. 44; Rouse, 1973, p. 33; Carle, 2002, p. 21) em que este se insere, está imbricado pela ideia do assentamento (Rouse, 1973, p. 33; Renfrew e Bahn, 1993, p. 43; Carle, 2002, p. 21) que margeia todo o estudo do arqueológico do Guarani. Os assentamentos Guarani são já há muitos anos estudados pelos arqueólogos, por sua diacronia e são depurados pela sua longa duração de forma recente (Milheira, 2010; Carle, 2002) e sua sincronia, tornara o sítio Amarilis fundamental, por sua proporção e dispersão no terreno.

A área ampla do Amarilis e seus vestígios dispersos no terreno deveriam ter sido estudados. As escavações em área ampla como realizada em Povo Novo, poderiam fornecer os dados, que seriam levados a laboratório para seu aprofundamento.

Segundo Tocchetto (1998, p.152) a cultura material “é a exteriorização material de idéias, conceitos, padrões de comportamento” e pensamos que “ao mesmo tempo que é produto de formas de específicas de organização, ela é valor das relações sociais, dando condições que se produzam e efetivem tais relações”, nesse sentido “a cultura material pode vir expressar a identidade étnica, no momento em que decodifica o estilo de vida de uma sociedade; identifica, numa linguagem visual, o indivíduo e o grupo”.

A classificação tecno-econômica, sócio-técnicas e ideo-técnicas (conf. Dias 2000, p. 9), mostram a face econômica “relacionada ao ambiente físico” e a variabilidade é “explicável em termos adaptativos”, a face sócio-técnica apresenta o “contexto” ou “subsistema social”, o meio “extra-somático de articulação dos indivíduos entre si em grupos coesos capazes de, eficientemente, manterem-se e manipularem a tecnologia” (Dias, 2000, p.10). A mudança é tecnológica, muda a categoria de artefatos relacionados a alterações na estrutura social. Os artefatos ideo-técnicos marcam contextos ideológicos do sistema social, itens que significam ou simbolizam racionalizações ideológicas do sistema social e promovem um meio simbólico no qual os indivíduos são envolvidos na cultura, enquanto participantes do sistema social. As “classes de artefatos” apresentam as “características formais que podem ser chamadas de estilísticas, que corresponderiam a qualidades formais não diretamente explicáveis em termos da natureza da matéria prima”, variação que mostra a “tecnologia de produção” ou a “variabilidade da estrutura tecnológica e social do sistema cultural”. A propriedade formal apresenta “identidade e reconhecimento social”, é marca de “qualquer mudança de estilo como produto de mudança sócio-cultural” (Dias, 2000, p.10-11).

A produção cerâmica Guarani mostra a permanência cultural, nos aspectos econômicos, sócias e simbólico/ideológicos. A permanência cultural é mais presente que a mudança, os aspectos tecno-econômicos das cerâmicas identificam a adaptabilidade ao ambiente físico, com força no sistema de alimentação Guarani. Os padrões alimentares marcados pela origem amazônica, e aqui mudados para o ambiente subtropical, da região lagunar de mata menos produtiva com grupos e casas menores bem como os volumes das cerâmicas (Carle, 2002, p. 58). O Guarani do Amarilis mostra esse vizez, mas perdemos os dados pela destruição.

Os poucos artefatos recuperados do Amarilis já mostram essa perspectiva interpretativa. Sócio-técnica marcada na decoração e no tratamento plástico da cerâmica revela a identidade mantida presente. Não leremos a articulação intra-grupo que domina a técnica de padronização produtiva da cerâmica, considerando a matéria-prima base, os antiplásticos, os tratamentos de superfície, as formas/funções e

outros. A ideo-técnica apresentada na cerâmica pintada, por exemplo, simboliza a promoção de um meio simbólico Guarani de mesmo sistema social dos seus antepassados (Carle, 2002, p. 58).

O estilo, laços de identidade e reconhecimento social, permanece e explica sua perpetuação na região como assentamento Guarani (La Salvia e Brochado, 1989, Carle 2002; Brochado, Monticelli e Neumann, 1990). “Os Guaranis, em terras geralmente mais frias vão cultivar o milho, o aipim, o feijão, a batata doce, as abóboras”, preparo que gera “outras formas cerâmicas, que vão distingui-los de seus irmãos de mais ao norte” (Schmitz, 1991, p.37).

O Guarani apresenta conceitos e idéias sobre o mundo que os cerca, persistência cultural nos artefatos (Carle, 2002, p. 39). A cerâmica do Amarilis é demarcadora desse assentamento no tratamento de superfície e inclusões contidas na argila. A reconstituição gráfica das vasilhas cerâmicas, através das bordas mais significativas existentes no sítio não serão realizadas (Carle, 2002). Perdemos o uso, a variabilidade de tratamentos da superfície, a determinação dos antiplásticos, as funções pela forma (Carle, 2002; La Salvia e Brochado, 1989; Brochado, Monticelli e Neumann, 1990; Chmyz, 1966, e outros). O tratamento de superfície da cerâmica percebida no Amarilis (conf. Chmyz, 1966, p.20) identifica o “processo de acabamento” cerâmico, expressa variação dos graus de intensidade das expressões simbólicas (Carle, 2002, p. 40, La Salvia & Brochado, 1989, p.30, Chmyz, 1966; La Salvia e Brochado, 1989; Monticelli, 1995; Tocchetto, 1998, Milheira, 2008) extrínseca e cognitiva utilizada pelas ceramistas (Tocchetto, 1998, p.158). O tratamento da superfície implica nas corrugações, fortemente visíveis na cerâmica do Amarilis, simbólica Guarani (Carle, 2002, p 44).

O Guarani produz, visível na cerâmica do Amarilis, os roletes de pasta de argila enrolados em espiral, desde o fundo até a abertura superior (Carle, 2002, p. 44), técnicas presente nas formas cuja decoração é corrugada, evidente no sítio, nos dois tipos, segundo Chmyz (1966, p 12), o simples e o complicado, “decoração em que, depois da colocação de cada roleta, este é ligado ao anterior por meio de pressões mais ou menos regulares, espaçadas, executadas com as pontas dos dedos, em sentido perpendicular ou transversal ao vaso”. O Simples é constituído “por sulcos paralelos, originados pela falta proposital de alisamento externo dos roletes que formam o vaso”. A argila do rolete superior dobra sobre o inferior, o corrugado marca as uniões dos roletes, que podem ser obliterados por alisamento ou raspagem, resultando uma superfície lisa (Carle, 2002, p. 45), também presente no sítio.

As análises das cerâmicas visíveis no local nos permitem essas percepções, mas se tivéssemos escavado em forma ampla, com todo o cuidado, teríamos essas simbólicas, o caráter econômico, identitário e outros, percebidos na relação com o ambiente e com o assentamento, além das fogueiras, buracos de estaca, áreas de atividade, áreas livres e outros, valores fundamentais na interpretação arqueológica.

O valor do assentamento Guarani do loteamento Amarilis

Schmitz (1993, p. 1940) e Monticelli (1995, p. 45) destacam o grau de homogeneidade da cultura material Guarani, do litoral atlântico até o rio Paraguay. As poucas visitas realizadas e a percepção direta dos artefatos, como manchas, carvões, cerâmicas e dispersão ampla no lugar, possibilitaram desdobrar diversas referências importantes para o sítio Amarilis. O assentamento Guarani em destaque está, dizendo de maneira bem categórica (Noelli, 1993) que é um modelo locacional, sistema de assentamento que poderia mostrar mais dados sobre esse modelo, mas que se foi com os arrastos das máquinas que o destruíram. As escolhas repetidas de compartimentos da paisagem, “assinatura arqueológica Guarani”, sumiu, foi apagada. O Guarani da região lagunar do sul do Brasil estabelecido nas condições ambientais favoráveis (Morais, 2000, p.10; Carle, 2002, p. 56), do Amarilis, foi apagado para sempre.

O modelo locacional mostra a implantação do sítio Amarilis no relevo lagunar, mas não é mais possível observar as dinâmicas que efetivaram essa escolha. Assentados nos depósitos eólicos que se elevam sobre as formações de paleosolo registram a forma adaptativa de padrão de assentamento Guarani como visto no análogo sítio de Fazenda Soares no Povo Novo, Rio Grande, RS (Carle, 2002).

A cerâmica estudada no local mostra a ocupação contínua na área, com extensa área de dispersão dos vestígios. As dunas arrancadas recobriam os vestígios dos pisos de casas, as manchas escuras visualizadas, que poderiam mostrar edificações similares ao Povo Novo, uma ocupação permanente (com mais de 10 anos) é evidente (Noelli, 1993, p. 97). O período de ocupação pela forma é análogo ao sítio da Fazenda Soares (Carle, 2002), visível no local de deposição, sítio de valor inestimável datável nos séculos XIII e XIV AD.

As estruturas assentadas em meio à pequena mata da região como no modelo locacional, as “aldeias dos guaranis eram, em geral, instaladas em clareiras em meio à floresta subtropical, próximas a fontes de água e sobre colinas situadas junto a várzeas férteis dos rios” (Kern, 1994, p.107). O modelo padrão de ocupação do espaço é “uma posição estratégica, da qual se podia observar toda área, mas também da escolha de um lugar mágico” (Kern, 1994, p.107). Segundo Noelli (1993, p. 15) os “Guarani, principalmente os anteriores ao século XVII”, devem ser enquadrados entre as sociedades em que nada é novo, onde os acontecimentos são valorizados pela sua similaridade com a ordem vigente. “O que sucede nesta situação é a projeção da ordem vigente, mesmo quando o que acontece não tiver precedente e se tiver ou não uma bem sucedida interpretação recuperativa” (Noelli, 1993, p. 15). Tudo era efetivação uma repetição, tudo devia ser conforme o “estilo de vida aprovado” (Noelli, 1993, p. 15).

O Guarani reflete o dar subsídios a vida, “tudo é palavra”, onde as “palavras do discurso e da nomenclatura das coisas devem ser e sempre foram rigorosamente reproduzidas”. Comparando “palavras nominadoras da cultura material” na família lingüística Tupi-guarani, demonstra os “requisitos para a formação” que se ligam com “as palavras, os comportamentos e seus reflexos no mundo material”, e apresentam a forma idealizada na arqueologia, evidencia da maneira de ser do Guarani, como uma “ação e idéia fossilizada” (Noelli, 1993, p. 15).

O sítio destruído foi representante de aldeia periférica, não central aos grandes grupos Guarani dos vales dos grandes rios. As estruturas mantinham suas feições originais, com proporções menores como as localizadas pelos viajantes europeus, que ali estiveram nos primeiros momentos da expansão europeia na região (Carle, 2002), tais como “diversas aldeias contemporâneas de dimensões diferentes ou, ainda, uma aldeia maior com uma chefia mais poderosa, que mantém sob sua vassalagem uma (ou mais) aldeia menor, ‘empurrada’ para área de recursos mais pobres que a várzea” (Soares, 1997, p. 48).

O sítio merecia preservação para ser estudado com cautela e tempo necessário. O sítio mostrava estar composto por várias casas Guarani, demarcadas no solo arqueológico pelas manchas escuras e por aglomerados de manchas similares que identificavam o mobiliário das edificações. Uma análise tecno-tipológica e funcional das cerâmicas existentes, que fotografamos, explicariam as formas de uso do lugar por aqueles antigos habitantes e formadores do patrimônio do povo brasileiro.

As manchas de terra queimada e cinzas evidentes no local representam os antigos fogões do Guarani. O fogão mais simples é constituído de achas de lenha dispostas no chão, “diretamente sobre as brasas, são assados certos alimentos, onde se colocam as panelas” (Velthem, 1987, p. 97). O Guarani utiliza pedras como suporte para panelas como verificado em muitos sítios (Carle, 2002; Milheira 2008, 2010). Os restos de cocção localizados no interior das estruturas é significativo das técnicas e usos dos fogões, visível no estrato exposto e agora não mais existente. A grande fogueira da casa que servia para cocção dos alimentos principais dos núcleos familiares que conviviam na casa (Assis, 1996, p. 70), que ali verificamos, e nela fragmentos de vasilhas para o apoio pela falta de pedras, ou cravavam as vasilhas no chão em meio aos carvões e madeiras de combustão (Assis, 1996, p.70). Os vestígios visíveis no solo

antrópico do sítio mostram outras estruturas de combustão fora das estruturas de habitação (Noelli, 1993, p. 57), que serviriam para diversos fins além da cocção de alimentos (Noelli, 1993, p. 99; Prous, 1992, p. 382, Carle, 2002, p. 70).

O modelo locacional, refletido no padrão de assentamento que é “a distribuição dos registros arqueológicos em determinada área geográfica, refletindo as relações das comunidades do passado com o meio ambiente e as relações entre elas próprias no seu contexto ambiental”, como “estratégias de subsistência, estruturas políticas e sociais e densidade da população foram alguns dos fatores que influenciaram a distribuição do povoamento” (Morais, 2000, p.10-11), verificado no Amarilis é igual ao obtido por Carle (2002) no sítio escavado em situação similar em 1993, Fazenda Soares.

O solo antropogênico (Carle, 2002) de horticultores conhecido como “mancha preta, é um corpo sedimentar remanescente de antigos solos de habitação e seu cinturão envoltório”, configura os “depósitos de lixo, áreas de cocção de alimentos” e outros aparecem nesse sítio “como manchas ovaladas de solo enegrecido pelo elevado teor de materiais biogênicos” que eram “processados e descartados” pelo Guarani que estava “rico em evidências”, principalmente fragmentos de cerâmica e estruturas de combustão, configuram o “sistema regional guarani”, chamados com frequência de “remanescentes da *tapy iguassu*, a casa-grande e seu entorno” (Morais, 2000, p.11), perdemos tudo.

Os Mbyá, que ainda estão ocupando a região, há uma aldeia em Pelotas, dizem que suas “casas são pequenas, medindo em média 12m² e são utilizadas geralmente para guardar os objetos de família e para dormir, as demais atividades são realizadas no pátio” (Assis, 1999, p. 230). Amarilis mostrava-se desta forma e é provável que na “área central da aldeia também é composta de casas e se diferencia dos demais núcleos por possuir uma casa de reza, denominada *opy*” (Assis, 1999, p. 230).

Segundo Prous (1992, p. 376-78) os sítios grandes do Guarani tem espessura média de 30cm e 1,5m, como podemos verificar no Amarilis. A organização do assentamento dos “fundos de cabana”, na misturas de solo escuro com formas circulares ou ovais (Prous, 1992, p. 376-78) estavam presentes no Amarilis, mas não pudemos verificar os tamanhos dos solos antropogênicos (Morais, 2000; Prous, 1992) ou manchas escuras (Naue, 1993) que poderiam chegar até 100.000 m² (Carle, 2002, p. 60). Essa estrutura maior representaria uma ou várias ocupações (Noelli, 1993, p. 81), o sítio amplo nas dunas (Naue, 1973, p. 257), como é o caso perdido de Amarilis, poderia ser composto por ocupações sazonais como no caso do litoral (Rogge, 1999, p. 215-16), que nunca saberemos.

Os aspectos simbólicos (Durand, 1988, p. 14) do concreto Guarani, de valor inestimável, da história de longa duração dos brasileiros, deveria ter sido preservada no Amarilis, o ambiente tanto no contexto ecológico, como da antiga presença antrópica, rerepresentam uma relação evidente, de algo agora ausente ou impossível de ser percebido (Durand, 1988, p. 14). As coisas desconhecidas e perdidas na destruição carregavam a sabedoria da sociedade Guarani no passado seu sentido simbólico de existência e permanência no presente (Durand, 1988). Jamais saberemos.

Considerações importantes

Os objetivos do texto que se configura como uma denúncia, pelo descaso no tratamento de uma área enorme do sítio arqueológico Amarilis da cidade de Pelotas, do Estado do Rio Grande do Sul. O Patrimônio da Nação Brasileira e principalmente do Guarani, foi destruído, por uma ação inescrupulosa de um agressor que visa o lucro e não bem da nação. Não há reparação. O Sítio Arqueológico Amarilis não existe mais.

A questão norteadora que levantamos, que buscava entender os motivos para a destruição do sítio Guarani Amarilis pela especulação imobiliária mostrou que não há respeito pelo valor de memória. Os alçozes da urbanização desenfreada não reconhecem o valor junto com os prepostos de defesa do patrimônio e nem mesmo pelos governos local, regional e federal.

Destruíram o sítio. Quando escrevemos e tentamos publicar o texto pela primeira vez e fomos impedidos pelos arqueólogos de gabinete sendados em seus sofás inescrupulosos, o sítio ainda existia, agora foi totalmente arrancada, retiraram milhares de metros de areia junto com o sítio rebaixando a área em mais de 2m de profundidade. A denúncia inicial que trouxe representantes do IPHAN a área não resultou no salvamento do sítio. O IPHAN foi alertado e uma equipe foi destinada a atuar na área, visitamos o trabalho da mesma, essa se resumiu as ditas escavações como “cabines telefônicas”, capazes de estabelecer fases e tradições, mas incapazes de entender a complexidade da ocupação. Fizeram cortes nas barrancas formadas pela própria extração de terra na formação de arruamento para o condomínio.

Os interlocutores com nosso texto nos disseram queremos mais leis, mas a Lei Federal da Arqueologia e a Constituição são mais permanentes que as portarias e moções dos governos que se sucedem. Não entenderam que a lei da arqueologia é evidente, não foi alterada ainda e nela está escrito que “os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público”, e aqui colocamos o “ponto final”.

A reapresentação da ocupação do Guarani no passado, na relação com os M'Bya no presente, nas aldeias próximas a área, demonstra a importância do sítio e dos seus herdeiros. Confirmam a permanência do grupo no local e mesmo determinar o período de sustentabilidade para o Guarani, que estava apresentada neste sítio. Não conheceremos os restos faunísticos, vegetais e outros que ali estavam preservadas, que levariam a confirmar o modelo locacional, na relação feita por Jairo Rogge (1999, p. 217) para os sítios da Praia do Quintão, onde a fauna e flora indicam a caça, coleta e produção. O solo antropogênico arrancado e os objetos nele contidos, eram a riqueza material do estudo arqueológico, Patrimônio Nacional, conforme a Lei 3924/61 e Constituição Federal, que não foram levados em conta no dever de todos os cidadãos em protegê-los e não destruí-los.

O “padrão de assentamento” Guarani na região da borda da Laguna dos Patos perde um representante importantíssimo. Analisado de forma superficial mostrou seu valor como exposto no texto acima. O sítio Guarani Amarilis apresenta a repetição do “padrão” Guarani, na comparação feita com o sítio Fazenda Soares (Carle, 2002). A Fazenda Soarea ainda permanece como o único sítio escavado em área ampla na região, mostrando a totalidade de uma casa Guarani do século XIII. Há outros sítios Guarani escavados na região, mas não com essa amplitude que mostraria a casa, alertamos no nosso relatório entregue ao IPHAN e a equipe de escavação do Amarilis, mas a opção foi abrir poços testes e não uma escavação em área ampla. O Amarilis mostrava o valor para sua preservação para estudos detalhados, mas optou-se pela sua eliminação. O estudo das manchas escuras, conhecidas como terra preta, e das concentrações de material cerâmico do sítio mostravam os sistemas de relacionamentos intra sítio das estruturas nas suas relações entre si e com os outros sítios.

O modelo regional de povoamento Guarani (Milheira, 2008, 2010) na sua forma de disposição no terreno (Carle, 2002) não se tornará possível de efetivar com esse sítio, pois dependeria de uma visão sincrônica e não diacrônica dos poços teste. O sítio mostrava o assentamento na região, as tipologias morfológicas de escolha, as formas que o Guarani considerara adequada para o seu estabelecimento. Por ser único, no espaço das dunas ligadas a Laguna dos Patos em Pelotas, até o presente momento, duna essa que corresponde a mesma do da Fazenda Soares, marcaria o “padrão” ainda a ser conhecido. A certificação do padrão dependia da investigação profunda desse local, das casas que ali estavam, trazem paralelo com o estudo amplo realizado a partir das escavações de 1993 investigadas por Mirian Carle (2002), por Milheira (2008, 2010).

A resposta sobre as relações inter sítios, poderia fornecer dados sobre o assentamento e as relações intra sítio, que se repetiam ou não. Os aspectos extra-somáticos de cultura Guarani estavam representados no sítio, foram perdidos para sempre. O aspecto técnico-econômico identificados na

estrutura de casas, das casas grandes dos seus irmãos mais ao norte, sumiu nos caminhões que levaram o sítio. As estruturas associadas dos fogões e tipologias cerâmicas evidentes no sítio se perderam. As cerâmicas técnico-econômicas nos tratamento de superfície corrugado que, segundo Prous (1992, p. 391) em “suas variações (...) é sempre a decoração plástica dominante, a não ser em poucas fases do litoral central”, entre os Guarani “é frequente ser o tipo cerâmico dominante”, na região sua “frequência parece aumentar entre o século IX e o XV, mas em comparação ele fica menos marcado, mais superficial”, mas tudo isso foi perdido para sempre.

Schmitz (1991) indica que a “economia e sua cultura se encaixam perfeitamente no que os antropólogos estão acostumados a denominar ‘horticultores de floresta tropical’, como existe até hoje na Amazônia”, a economia “se baseava nos cultivos de milho, aipim, abóbora, batata doce, amendoim, feijão, cará, fumo, algodão e outras plantas tropicais” (p. 32 e 34), percebido no aspecto sócio-técnico presente no sítio nos solos antropogênicos arrancados do lugar e não mais acessíveis.

O padrão Guarani na confecção da vasilha feita através de roletes unidos por tratamento plástico, como o corrugado e o alisado, produzidos na argila ainda úmida, denominados de modos produtivos aplicados no momento de confecção do vasilhame cerâmico (Carle, 2002, p. 76), evidente nos fragmentos das peças que vimos no sítio, se perderam. O sítio exigia preservação e mostramos a perda inestimável que permitia no aprofundar o entendimento sobre o sistema deposicional associado ao grupo cultural. Nas versões anteriores desse texto rogamos ao cumprimento da Lei Federal 3924/61, que impõe que os sítios arqueológicos devem ser preservados, antes mesmo de serem estudados, como estabelece a Constituição Federal. Os interlocutores com nosso texto preferiram a destruição do sítio antes que pudéssemos publicar e agora é só denúncia.

A lei federal é superior as portarias e normas administrativas que aqueles interlocutores insistiam que discutíssemos. A lei indica que a “propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui” os sítios arqueológicos, nem os “objetos nelas incorporados”. Os sítios arqueológicos “de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil” ou “os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, ‘estações’ e ‘cerâmicos’, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico”, e nesse caso está o sítio em questão. Conforme essa lei é proibida “em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim”, dos sítios arqueológicos. A lei indica também que cabe a toda “pessoa, natural ou jurídica que, na data da publicação desta lei, já estiver procedendo, para fins econômicos ou outros, à exploração de jazidas arqueológicas ou pré-históricas”, deverá comunicar ao IPHAN como fizemos, que “sob pena de multa” deve comunicar o “exercício dessa atividade, para efeito de exame, registro, fiscalização e salvaguarda do interesse da ciência”, como defendemos no relato acima. A lei indica também que “qualquer ato que importe na **destruição ou mutilação**” dos sítios “será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais”.

Os sítios arqueológicos “terão precedência para estudo e eventual aproveitamento”, esses sítios arqueológicos “ou pré-históricas de qualquer natureza, não manifestadas e registradas na forma” dessa lei “são consideradas, para todos os efeitos bens patrimoniais da União”, ou seja, bens não alienáveis em hipótese alguma. Cabe considerar também, como determina a lei, que o direito “de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Governo da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (atual IPHAN) e fica “obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo”.

Os estudos arqueológicos conforme a lei são prioritários sempre e se escavações ou estudos “devem ser necessariamente executadas sob a orientação do permissionário, que responderá, civil, penal e administrativamente, pelos prejuízos que causar ao Patrimônio Nacional ou a terceiros”, conforme a

Lei 3924/61. Os estudos devem seguir o que foram “estipuladas no instrumento de permissão, não podendo o responsável, sob nenhum pretexto, impedir a inspeção dos trabalhos por delegado especialmente designado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando for julgado conveniente”.

O sítio é sempre prioridade e na “falta de acordo amigável com o proprietário da área onde situar-se” o sítio arqueológico “será esta declarada de utilidade pública e autorizada a sua ocupação pelo período necessário à execução dos estudos”, e na “ocupação temporária do terreno, para realização de escavações” e estudos do sítio arqueológico “declaradas de utilidade pública, deverá ser lavrado um auto, antes do início dos estudos, no qual se descreva o aspecto exato do local” e terminado o estudo “o local deverá ser restabelecido, sempre que possível, na sua feição primitiva”. Assim determina a Lei.

A lei 3924 indica também que em casos especiais, e eu considero esse um desses casos “e em face do significado arqueológico excepcional” do sítio arqueológico “poderá ser promovida a desapropriação do imóvel, ou parte dêle, por utilidade pública”. Cabe ressaltar também que lei prevê que “nenhum órgão da administração federal, dos Estados ou dos Municípios”, como consta “poderá realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas, sem prévia comunicação” ao atual IPHAN, “para fins de registro no cadastro de jazidas arqueológicas”. A lei trata também de descobertas fortuitas, como essa do Amarilis, onde a “posse e a salvaguarda dos bens de natureza arqueológica ou pré-histórica constituem, em princípio, direito imanente ao Estado”. E a “descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, deverá ser imediatamente comunicada” ao IPHAN, “ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido”. Sendo que o “proprietário ou ocupante do imóvel onde se tiver verificado o achado, é responsável pela conservação provisória da coisa descoberta, até pronunciamento e deliberação” do IPHAN.

A lei determina que todo sítio arqueológico será preservado “sempre que possível ou conveniente, uma parte significativa, a ser protegida pelos meios convenientes, como blocos testemunhos”. E a “realização de escavações arqueológicas ou pré-históricas, com infringência de qualquer dos dispositivos desta lei, dará lugar à multa”, multa essa que não ocorreu. Incidiria a multa “sem prejuízo de sumária apreensão e consequente perda, para o Patrimônio Nacional, de todo o material e equipamento existentes no local”. E “o produto das multas aplicadas e apreensões de material legalmente feitas, reverterá em benefício do serviço estadual organizado para a preservação e estudo desses monumentos”.

A responsabilidade é conjunta conforme a Lei e a placa onde há responsabilidade da prefeitura municipal e do IPHAN. A Lei Federal da Arqueologia (3924/61) indica que “para melhor execução da presente lei, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN) poderá solicitar a colaboração de órgãos federais, estaduais, municipais, bem como de instituições que tenham, entre os seus objetivos específicos, o estudo e a defesa dos monumentos arqueológicos e pré-históricos”, e as atribuições conferidas “ao Ministério da Educação e Cultura” são “delegadas a qualquer unidade da Federação, que disponha de serviços técnico-administrativos especialmente organizados para a guarda, preservação e estudo das jazidas arqueológicas e pré-históricas, bem como de recursos suficientes para o custeio e bom andamento dos trabalhos”, o qual nesse caso parece ter se arvorado a Prefeitura Municipal. A mesma é participe no processo de destruição do sítio, por omissão do seu fiscalizador que deve conhecer o bem que estava em destruição e deveria ser protegido. Aos infratores (desta lei), conforme indica “serão aplicadas as sanções” do Código Penal, “conforme o caso, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis”.

A avaliação nos levou a afirmar que muitas linhas teóricas de interpretação convergentes foram rompidas, pela destruição à medida que poderiam ter tratado da questão contextual arqueológica e

ambiental, antes da efetiva destruição. As coisas pertencem aos mais antigos habitantes fundadores da Nação e os arqueólogos devem trabalhar com essa memória, que as coisas do passado enterradas ou não, apresentam (Hilbert, 2016). O trabalho é de alimentar as memórias que infelizmente a “Protetora” (Hilbert, 2016) não realiza. A "Protetora das Coisas do Patrimônio" não consegue dar conta de sua atribuição, mas mesmo assim rogamos a ela que possa salvaguardar aquilo que pertence à herança Guarani no sul do Brasil, que faça a proteção da memória dos fundadores contra o esquecimento completo (Hilbert, 2016).

Os arqueólogos, aproveitando a ausência e a indecisão da “Protetora das Coisas do Patrimônio”, devem unir-se aos locais e aos herdeiros diretos dessas memórias e dar vida novamente a esses lugares, a partir de projetos que lembram os sonhos de salvar a memória, para evitar que as memórias das pessoas sejam “roubadas e não pertencem mais a todos, mas apenas a poucos”, devemos atuar no sentido que se opor a esses negadores que se dizem donos do passado e da memória, pois as “reliquias do passado” estão ainda escondidas junto com suas histórias e suas memórias (Hilbert, 2016).

A História é um conto sobre o passado, narrado no presente, útil, e que o arqueólogo, convencido do valor de seus segredos e da forma de “acordar o passado” (Hilbert, 2016, p. 60), apresenta a “história adormecida”, de “sua morte”, utiliza de suas habilidades, aprendida “dos seus mestres”, e reescreve o “livro sagrado” do “grande sábio Marek” (Ceram, 1949, apud Hilbert, 2016, p. 60). Os/as irmãos/as que escrevem esse texto aprenderam que nesse lugar ainda existiam “alguns vestígios que marcam o lugar da história e conservam sua lembrança” (Hilbert, 2016, p. 60).

Os/as irmãos/as arqueólogos/as que escrevem este texto perguntaram os motivos para estarem destruindo sítios Guarani em Pelotas, por ações imobiliárias considerando seu valor de memória, que não é reconhecido nem pelos seus prepostos de defesa e nem pelos governos. Não há resposta para a questão. O que verificamos ação terrível na atitude de rendição em relação ao caráter prático do mercado. Redição dos espaços científicos e das universidades públicas e privadas. Os saberes criados e produzidos nestas são dirigidas para o desenvolvimento econômico, isto é, para algum tipo de projeto imediatista de interesse exclusivo do grande capital. Os temas de pesquisa são definidos fora dos espaços científicos, por agentes alheios aos saberes das comunidades e das academias (Carvalho, 2004 [2020]).

István Mészáros (2004[2020]) nos diz que obedecerão à lógica desumanizante do capital globalizado e a sociedade será conduzida exclusivamente pelo projeto de economia empresarial, seguiremos os ditames da elite política defina como projeto desenvolvimentista. Evitaremos a destruição por esse totalitarismo econômico em escala mundial com ações locais em todos os lugares avançando por uma ação humanizadora, porque “somente assim poderemos salvar a humanidade” (Carvalho, 2004 [2020]).

O símbolo é como qualquer signo concreto que evoca, através de uma relação natural, algo ausente ou impossível de ser percebido, ou seja, “a melhor figura possível de uma coisa relativamente desconhecida que não se saberia logo designar de modo mais claro ou característico” (Durand, 1988, p. 14). Nesse caso específico salvar a humanidade do símbolo Guarani, que é seu “lugar de viver” - seu Tekohá, pois sem ele não há “vida” - Tekô (Noelli, 1993), repetindo, sem Tekohá não há Teko, sem o lugar de viver não há vida.

Referências

- ALMEIDA, Áureo Nunes de. Depósitos arqueológicos do Município de Rio Grande. In: **Anais Do VI Simpósio Sul-Riograndense de Arqueologia**. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, 1993. p. 43-52.
- ASSIS, Valéria Soares de. **A Espacialidade Tupinambá**. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação de Mestrado, 1996.

ASSIS, Valéria Soares de. Pesquisas Etnoarqueológicas para Pesquisas em registros Arqueológicos Guarani. In.: **Revista do CEPA** Nº 29, V. 23, :Santa Cruz do Sul: CEPA/UNISC. Jan./Jun. 1999. p.228-232.

BORDINI, Orlando. **Dicionário – A língua Tupi na geografia do Brasil**. BANESTADO: Curitiba – Gráfica Muto: Campinas, s/d.

BRACCO BOKSAR R. et alii,. Arqueologia y media ambiente en la Cuenca de la Laguna Merin. **IX Congreso Nacional de Arqueologia Argentina - 1988**, Buenos Aires, 1989.

BRAY, Warwick e TRUMP, David. **Dizionario di Archeologia**. Milano: Arnoldo Mandarori Editore, 1990.

BROCHADO, José J.P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica In: **Dédalo**, Nº 27. USP:São Paulo, 1989. p. 65-82.

BROCHADO, José P. & MONTICELLI, Gislene. Regras Práticas na Reconstrução Gráfica das Vasilhas de Cerâmica Guarani a partir dos Fragmentos. In: Revista **Estudos Ibero-Americanos**. Vol. XX, nº 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 107-118.

BROCHADO, José P.; MONTICELLI, Gislene e NEUMANN, Eduardo Santos. Analogia Etnográfica na reconstrução gráfica das Vasilhas Guarani Arqueológicas. **Veritas**, Porto Alegre, v. 35, n. 140, p. 727-743, dez. 1990.

CARLE, Mirian B. **Investigação arqueológica em Rio Grande: uma proposta da ocupação Guarani pré-histórica no Rio Grande do Sul - Projeto de Pesquisa PUCRS-FFCH-PPGH**:Porto Alegre, 2000. 14 p.

CARLE, Mirian B. **Investigação arqueológica em Rio Grande: uma proposta da ocupação Guarani pré-histórica no Rio Grande do Sul**. (Dissertação mestrado – História da Sociedade Ibérica e Americana - Orientador: Professor Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert – PUCRS – IFCH - PPGH; Porto Alegre, PUCRS dezembro de 2002.

CARVALHO, José Jorge de. **A Prática da Extensão como Resistência ao Eurocentrismo, ao Racismo e à Mercantilização da Universidade**. Texto da Conferência proferida no V Salão de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, dia 18 de maio de 2004. disponível em < www.dan.unb.br/images/doc/Serie363empdf.pdf > acesso em julho de 2020.

CELORIA, Francis **Arqueologia**. Série Prisma.São Paulo: Melhoramentos/ EDUSP, 1975.

CHILDE, V. Gordon. **Introdução a Arqueologia**. Coleção Saber nº 48. São Paulo:Europa-América. 1972

CHMYZ, Igor Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica In.: **Manuais de arqueologia nº 1** - Seminário de Ensino e Pesquisa em sítios cerâmicos – CEPA Universidade Federal do Paraná - FFCL, Depto. de Antropologia:Curitiba, 1966

COSTA, Cristiane Oliveira da e CARLE, Mirian Baptista. Análise do material cerâmico Guarani de Povo Novo, Rio Grande, RS. In: **Histórica**. Nº 3. 1998. p. 33-44.

COSTA, Maria Heloísa Fénelon & MALHANO, Hamilton Botelho. A Habitação indígena brasileira. In: **SUMA Etnológica Brasileira, Vol 2 – Tecnologia Indígena**. Petrópolis: Vozes. 1987. p.27-94.

DIAS, Adriana Schmidt A questão da variabilidade na obra de Lewis R. Binford e sua contribuição para a construção de uma teoria arqueológica In.: **Revista do CEPA** Nº 31, V. 24, Santa Cruz do Sul: CEPA/UNISC. Jan./Jun. 2000. p.7-42.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, Ed.USP, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988.

GNECCO, C. Da arqueologia do passado à arqueologia do futuro. **Amazônica** 2 (1): 92-103, 2010

GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, 1972.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias** : um estudo sobre o espaço pelotense / Ester J. B. Gutierrez. 2.ed. - Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

HILBERT, Klaus. **Ossos do ofício: um manual de arqueologia**. 1ª ed., Curitiba, Ed. Prismas, 2016

KERN, Arno Alvarez. **Antecedentes Indígenas**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1994.

LA SALVIA, Fernando & BROCHADO, José P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LAET, Sigfried. **A Arqueologia pré-histórica**. Lisboa: Bertrand. 1976.

LEROI-GOURHAN, André (Org.). **Pré-História**. São Paulo: EDUSP, 1981.

LEROI-GOURHAN, André. **La Prehsitoria**. Editora Labor: Barcelona,1972.

LURKER, Manfred. **Dicionário de Simbologia**. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

MÉSZAROS, István. **A Ciência à Sombra do Complexo Militar-Industrial**. Em: O Poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZAROS, István. **A Educação para Além do Capital**. Conferência proferida no Fórum Mundial de Educação, em Porto Alegre, 28 de julho de 2004. disponível em <www.tvcartamaior.org.br>, acesso em julho de 2020

MILHEIRA, Rafael G. **Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: história e território**. Orientador: Paulo Antonio Dantas DeBlasis, Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil. (Tese de Doutorado), MAE-USP, São Paulo, 2010

MILHEIRA, Rafael G. **Território e Estratégia de Assentamento Guarani na Planície Sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste - RS**, Orient(ora) Elaine Farias Veloso Hirata. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. (Dissertação de Mestrado), MAE-USP, São Paulo, 2008

MEGGERS, Betty J. & EVANS, Clifford. **Como Interpretar a Linguagem da Cerâmica, manual para arqueólogos**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1970.

METRAUX, A. **La civilisation Matérielle des tribus Tupi-Guarani** Librairie Orientaliste Paul Geuthner:Paris, 1928.

MONTICELLI, Gislene. **Vasilhas de Cerâmica Guarani: um resgate da memória entre os Mbyá**. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação de mestrado. 1995.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Vocabulario y tesoro de la lengua Guarani (Ó mas bien Tupi)**. Volume I e Volume II. Viena-Paris: Faesy y Frick, Maisonneuve y Cia, 1876.

MORAES, José L. de. Tópicos de Arqueologia da Paisagem In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** Nº 10, USP: São Paulo, 2000. p.3-30.

MORLEY, Edna June. **O presente do passado. O que é arqueologia?** IBPC/11^oCR: Florianópolis, 1992 (não paginado).

NAUE, Guilherme & SCHMITZ, Pedro I. & BASILE BECKER, Ítala I.. Sítios arqueológicos no Município de Rio Grande. Pesquisas, Antropologia nº 18, Estudos Leopoldenses nº 9. **Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1968. p. 141-52

NAUE, Guilherme. Dados sobre o estudo dos cerritos na área meridional da Lagoa dos Patos, Rio Grande, RS. **Veritas**, Porto Alegre, Tomo XVIII, n. 71, p. 246-269, set. 1973.

NAUE, Guilherme; SCHMITZ, Pedro I.; VALENTE, Wander; BASILE BECKER, Ítala I.; LA SALVIA, Fernando; SCHORR, Maria H.. Novas perspectivas sobre a arqueologia de Rio Grande-RS, In: **0 Homem antigo na América**. São Paulo: Instituto da Pré-história da Universidade de São Paulo, 1971. p. 91-122.

NOELLI, Francisco. **Por uma revisão das hipóteses sobre os centros de origem e rotas de expansão pré-históricas dos Tupi**. Revisão do texto publicado no Boletim da ABA 20:16 com Fabíola Silva, José Brochado e Felipe Escosteguy. Editorado. 1994.

NOELLI, Francisco. **Sem Tekohá não há Teko**. (Em busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e Sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Jacuí-RS). Porto Alegre: PUCRS. Dissertação de mestrado. 1993.

PEPNIGOTTI, Oscar & ALMEIDA, Áureo Nunes de. **Depósitos arqueológicos do Município de Rio Grande**. 1961. Mimeo.

POSEY, Darrell A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó), In: **Suma Etnológica Brasileira vol. 1 – Etnobiologia**. Rio de Janeiro: D. Ribeiro, 1986. p. 173-88.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB. 1992.

RENFREW, Colin e BAHN, Paul. **Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica**. Madrid: Akal, 1993.

RIBEIRO, Pedro Mentz. **Manual de Introdução à arqueologia**. Porto Alegre: Sulina. 1977.

ROUSE, Irving. **Introduccion a la prehistoria: um enfoque sistemático**. Barcelona: Bellaterra S.A., 1973.

SCHMITZ, Pedro I. Grandes complexos de cerâmica indígena no Sul do Brasil. Pesquisas, Antropologia nº 18, Estudos Leopoldenses nº 9. **Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1968. p. 127-40.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil**. Tese (Livre- Docência)Porto Alegre: PUCRS, Inst. de Filosofia e Ciências Humanas., 1976.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Migrantes da Amazônia: A Tradição Tupiguarani. In: **Pré-história do Rio Grande do Sul**. Documentos 05. São Leopoldo: UNISINOS. 1991. p. 31-66.

SOARES, André Luis. **Guarani: Organização Social e Arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1977.

SOUZA, Alfredo Mendonça. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: ADESA, setembro de 1997.

SOUZA, José Otávio Catafesto de . **Aos fantasmas das brenhas: etnografia, invisibilidade e etnicidade de comunidades originárias no Rio Grande do Sul**. Tese (doutorado).PortoAlegre:UFRGS/PPGAS,1998.

STADEN, Hans. **A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozea devoradores de homens**. Rio de Janeiro: Dantes, 1998.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Arno Kern (Org.) A cerâmica Guarani missioneiro como símbolo de identidade étnica. In: **Arqueologia histórica missioneira**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1998.

TRIGGER, Bruce G. **Historia del pensamiento arqueológico**.Barcelona: Crítica. 1992.

VELTHEM, Lúcia H. Van. Equipamento Doméstico e de trabalho. In: RIBEIRO, Berta (Org.) **SUMA Etnológica Brasileira, Vol 2 – Tecnologia Indígena**. Petrópolis: Vozes. 1987. p. 95-108.

VIETTA, Katya. **Mbyá: Guarani de Verdade**. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação de Mestrado. 1992.

WILLEY, Gordon. Cerâmica. In: **SUMA Etnológica Brasileira, Vol 2 – Tecnologia Indígena**. Petrópolis: Vozes. 1987. p. 231-281.

WÜST, Irmhild. **Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso e de Goiás. - Tentativa de análise espacial.** Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. 1983.